

Oposição mostra suas armas

RUDOLFO LAGO

DA EQUIPE DO CORREIO

No início da semana, às vésperas da votação do primeiro turno da emenda constitucional que regulamenta o sistema financeiro, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), procurou os líderes do PSDB e do PFL, Jutahy Magalhães (BA) e José Carlos Aleluia (BA), e propôs um acordo de procedimento. "Aceito e acho legítimo que a gente dispute em tudo. Mas, nas reformas, se vocês concordam com elas, e vocês concordam, não existe razão para vocês não ajudarem", argumentou João Paulo. "Não tem sido e nem será de nós que vocês terão problemas nesse ponto", respondeu Aleluia.

De fato, realizada a votação, PFL e PSDB contribuíram com 118 dos 442 votos obtidos pelo governo. Os partidos da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva somaram 246 votos. Sozinhos, não conseguiriam aprovar a emenda. Não conseguiriam sequer aprovar uma lei complementar. Do PDT, por exemplo, não veio nenhum dos 16 votos do partido.

A situação levou João Paulo, terminada a semana, a formular a seguinte tese: "Há uma base do governo e uma base das reformas. Elas não são necessariamente as mesmas. Na verdade, são bem diferentes". A tese, que a prática parece mostrar ser verdadeira, dá ao governo certa tranquilidade para conseguir aprovar

as reformas constitucionais que deseja. A oposição, porém, não se incomoda com isso. "Quero ver, depois, o governo poder dizer que a reforma quem fez foi ele", resume o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

"O governo não teve vitória alguma. Quem colocou os votos necessários fomos nós", bateu na mesma tecla Aleluia. Essa é a estratégia que a oposição pretende adotar com relação ao governo. Na maior parte das vezes, a disputa não se dará na imposição de derrotas no Congresso. A disputa será pela paternidade das reformas que serão feitas. A oposição sabe — e muitos na base do governo, como o deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ), admitem isso — que a agenda de mudanças propostas não é diferente, na sua tese, da que era apresentada no governo Fernando Henrique Cardoso. Foram, portanto, justamente os partidos que hoje estão na oposição que passaram oito anos reunindo argumentos para sustentá-las. Nesse período, o grupo que hoje está no governo — ou a maior parte dele — esmerava-se justamente em formular teses contra elas.

Menos popularidade

"Ainda que necessária, enfrentar essa agenda de reformas significa desgaste. Porque necessariamente setores vão perder, tanto na reforma previdenciária como na tributária. Se isso não vier coordenado com o início de ações sociais concretas, o governo poderá sofrer com isso", avalia o

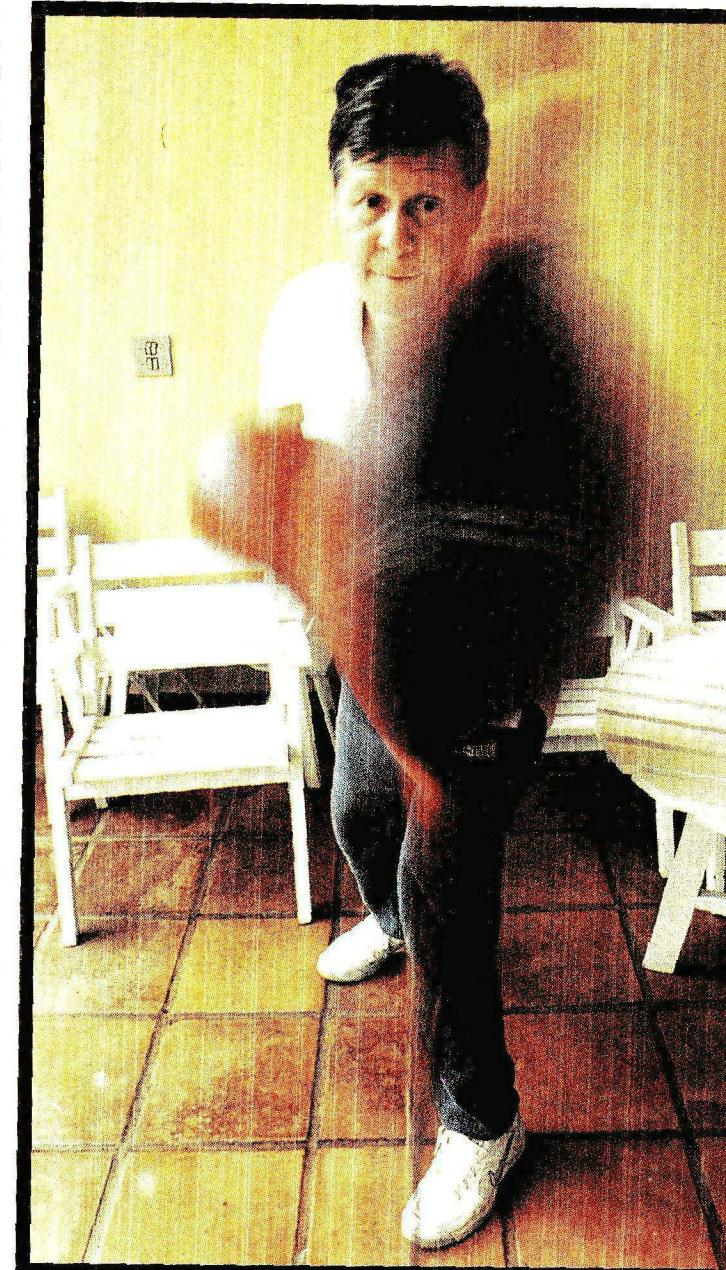
cientista político Walder de Góes.

O governo reconhece que essas ações na área social de fato não vieram no ritmo que se imaginava. Atribui a isso o fato de a necessidade ter imprimido um tom conservador à política econômica. O ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência, lembra que foi necessário um forte contingenciamento nos investimentos orçamentários, o que afeta as ações sociais. As taxas de juros não baixaram, mantendo a recessão que inibe da mesma forma os investimentos no setor privado.

"O governo finge ignorar que ele é a própria causa da crise de credibilidade", ataca Virgílio. "Para conseguir passar confiança ao mercado financeiro, acabam sendo mais conservadores e austeros do que nós seríamos", continua. O líder tucano no Senado completa com uma frase ferina: "Eles começaram sem credibilidade nenhuma e cheios de popularidade. Vão terminar cheios de credibilidade e sem popularidade nenhuma".

"Se eles aprovarem as reformas que queríamos e que eles antes eram contrários, vão apenas provar que estavam errados. Se não fizerem as mudanças que a sociedade ansiava e eles prometeram, terão fracassado. Aí, voltaremos. Não vamos precisar e nem devemos criar dificuldades nas votações para alcançar isso", imagina o vice-presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). É contra essa aposta que o governo terá agora de lutar.

Ricardo Borba 29.3.01



VIRGÍLIO: GOVERNO DO PT ESTÁ MAIS CONSERVADOR E AUSTERO QUE O DO PSDB

66

HÁ UMA BASE DO GOVERNO E UMA BASE DAS REFORMAS. ELAS NÃO SÃO NECESSARIAMENTE AS MESMAS. NA VERDADE, SÃO BEM DIFERENTES

João Paulo Cunha (PT-SP), presidente da Câmara

ESSE GOVERNO COMEÇOU SEM CREDIBILIDADE NENHUMA E CHEIO DE POPULARIDADE. VAI TERMINAR CHEIO DE CREDIBILIDADE E SEM POPULARIDADE NENHUMA

Arthur Virgílio (AM), líder PSDB

99